

**Relatório da Administração**

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, a carteira de seguros Auto e Rural da Indiana Seguros, representavam respectivamente 51% e 41% das operações, registrou a marca de 63 mil de veículos segurados. Acumulando outras linhas de negócios, a seguradora registrou o total de R\$191,4 milhões de prêmios emitidos. Para sustentar esta operação, a Indiana conta com ativos de R\$940 milhões e reservas de R\$254 milhões, além de um lucro líquido de R\$25 milhões e ROE de 7%. **Experiência ágil e acolhedora a clientes:** Oferecer um atendimento ágil e acolhedor é um dos principais elementos da cultura organizacional da seguradora. Com o propósito de ajudar as pessoas a aproveitarem o hoje e buscarem o amanhã com confiança, a companhia busca diariamente a eficiência e o alto desempenho dos serviços prestados. Todas as áreas são responsáveis e comprometidas com a diretriz de oferecer uma experiência de qualidade e a sinergia entre elas é fundamental para o sucesso da operação. Focada em alcançar níveis de excelência cada vez mais altos no atendimento ao consumidor, o Grupo Liberty Brasil conquistou por três anos consecutivos o Prêmio Reclame Aqui, cujo voto popular elegeu a seguradora como a melhor em seu relacionamento com os clientes. O Grupo Liberty Brasil também investe constantemente em aumentar as capacidades de autoatendimento para que seus segurados possam resolver suas questões com autonomia e no momento mais conveniente para eles. Acessando as ferramentas digitais do Grupo Liberty Brasil, é possível solicitar assistências, avisar um sinistro por meio

de mensagem de voz, acompanhar em tempo real a localização do guincho solicitado e realizar pagamentos via cartão de crédito direto no aplicativo. Pensando em oferecer vantagens que vão além de um seguro de qualidade, neste ano, o Grupo Liberty Brasil reformulou o Clube Liberty Momentos, plataforma de benefícios que oferece opções de entretenimento, descontos em restaurantes e muitas outras experiências. Dessa forma, a seguradora se faz presente no dia a dia dos segurados, para que possam aproveitar também os momentos que importam com a família e amigos. **Desenvolvimento e reconhecimento ao corretor:** O Grupo Liberty Brasil reconhece a importância do corretor para a sustentabilidade do negócio e tem como compromisso oferecer condições e conhecimentos para crescer os negócios e a carreira dos profissionais parceiros. Por isso, a seguradora promove uma série de iniciativas focadas no desenvolvimento e relacionamento com o corretor. Dentre elas, o Programa Conexão, que oferece um pacote de ações baseado em cinco pilares: comunicação, incentivo, encantamento, treinamento e inovação. Em 2018, cerca de 2.800 corretores receberam treinamentos pela plataforma do Programa, mais de 2 mil foram premiados nas campanhas de incentivo, quase 70 mil brindes foram distribuídos e 789 profissionais participaram de encontros regionais. **Inovação para construir um futuro de valor:** A inovação é um dos pilares da estratégia que move o Grupo Liberty Brasil e está baseada em três pilares: Cultura, Pesquisa e Projetos. Para cada uma dessas vertentes, a seguradora desenvolveu iniciativas que visam engajar o público interno, fornecer subsídios para que as equipes possam trabalhar a inovação

no dia a dia e conectar a empresa com o público externo, como clientes, startups, corretores e instituições de ensino que possam agregar e fortalecer esse processo. Algumas das iniciativas de destaque são: Direção em Conta, aplicativo que, por meio da telemetria, mapeia o comportamento dos usuários enquanto dirigem e gera descontos personalizados ao usuário; e a Auto Vitória, que permite que segurados avaliem os seus veículos de forma rápida e prática, por meio do app da Liberty. Projetos como esses que levaram o Grupo Liberty Brasil, pelo segundo ano consecutivo, a ser eleita uma das Top 3 Seguradoras Mais Inovadoras no Prêmio Valor Inovação Brasil, do Valor Econômico. Para nós, o futuro tem valor e por isso acreditamos que nossa empresa e funcionários podem colaborar com o desenvolvimento sustentável da sociedade. **O Iso tem Valor** é nosso programa de Sustentabilidade, atuamos através de 3 pilares com iniciativas que buscam compensar os impactos socioambientais causados pelo nosso negócio e empoderar as pessoas no âmbito social para garantir um futuro de valor para as próximas gerações. Em 2018, apoiamos 9 Instituições com verba incentivada, formamos por enquanto 200 jovens com o segundo ano do "Programa Liberty Seguros de Educação Profissional" em parceria com o Centro Educacional, capacitando-os para ingressar no mercado securitário, impactamos mais de 600 mulheres com o programa Mulheres Seguras em eventos e iniciativas sociais, além de oferecer mentoria para mulheres empreendedoras através do Facebook. Ao todo, 80% dos nossos funcionários participaram de ações de voluntariado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS – 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/18	31/12/17
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>232.870</b>	<b>147.774</b>
Disponível	5.2 e 6.	4.009	4.263
Caixa e bancos		4.009	4.263
Aplicações	5.2, 5.3 e 7.	110.469	19.688
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2.	43.539	49.255
Prêmios a receber	8.	39.520	44.315
Operações com seguradoras		18	18
Operações com resseguradoras		4.001	4.922
Outros créditos operacionais	5.2.	1.277	1.410
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	17.187	17.090
Títulos e créditos a receber	5.2.	2.791	774
Títulos e créditos a receber		749	166
Créditos tributários e previdenciários	9.	33	33
Outros créditos	10.2.	2.009	575
Outros valores e bens	10.3.	694	762
Bens a venda		591	661
Outros valores		103	101
Despesas antecipadas	5.5.	16	19
Custos de aquisição diferidos	11.	52.888	54.513
Seguros		52.888	54.513
Ativo não circulante		707.091	553.661
Realizável a longo prazo		704.951	551.672
Aplicações	5.2, 5.3 e 7.	399.310	271.311
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	12.394	11.123
Títulos e créditos a receber	5.2.	242.316	224.948
Créditos tributários e previdenciários	9.	70.237	65.370
Depósitos judiciais e fiscais	10.1.	172.079	159.578
Custos de aquisição diferidos	11.	50.931	44.290
Seguros		216	235
Investimentos		216	235
Imóveis destinados a renda		1.531	1.754
Imobilizado	12.	1.531	1.754
Imóveis de uso próprio		1.531	1.724
Bens móveis		-	30
Intangível		393	-
Outros intangíveis		-	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>939.961</b>	<b>701.435</b>

BALANÇOS PATRIMONIAIS – 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/18	31/12/17
<b>Passivo/Circulante</b>		<b>191.379</b>	<b>202.559</b>
Contas a pagar	5.2 e 13.	12.912	12.148
Obrigações a pagar		308	385
Impostos e encargos sociais a recolher		1.830	1.959
Impostos e contribuições		5.966	3.827
Outras contas a pagar		10.808	5.977
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.2 e 14.	21.863	25.088
Prêmios a restituir		135	245
Operações com seguradoras		2	10
Operações com resseguradoras		7.255	9.035
Corretores de seguros e resseguros		11.644	12.040
Outros débitos operacionais		2.827	3.758
Depósitos de terceiros	5.2 e 15.	153.423	163.124
Provisões técnicas - seguros		139.602	148.621
Danos		13.879	14.503
Pessoas		277.100	254.904
<b>Passivo não circulante</b>		<b>5.2</b>	<b>2.561</b>
Contas a pagar	9 e 13.	437	551
Outras contas a pagar	13.	2.124	4.193
Provisões técnicas - seguros	5.2 e 15.	10.498	8.140
Danos		87.752	76.653
Pessoas		12.745	12.387
Outros débitos	5.2 e 16.	174.042	161.120
Provisões judiciais		174.042	161.120
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>5.7</b>	<b>417.482</b>
Capital social	17.	311.199	213.972
Reservas de capital		684	44
Reservas de avaliação	17.	684	66
Reservas de lucros	17.	153.755	128.990
Ajuste de avaliação patrimonial		5.982	3.074
<b>Total do Passivo</b>		<b>939.961</b>	<b>701.435</b>

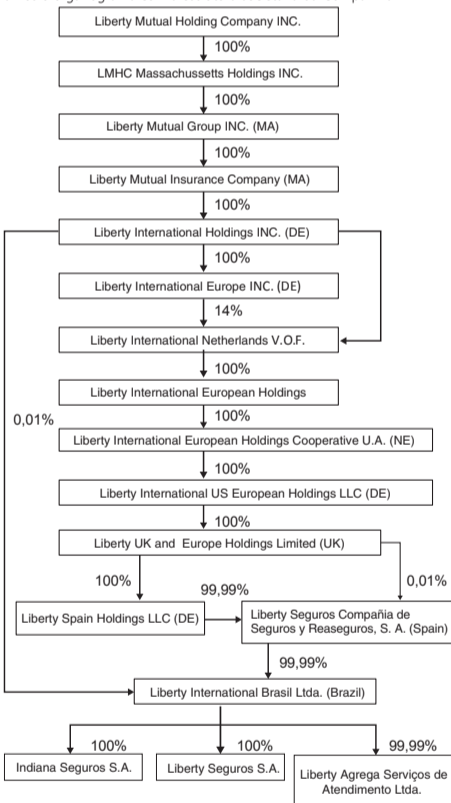
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento do capital (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros estatutária	Reserva legal	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
<b>Descrção</b>	<b>111.199</b>	-	44	719	98.528	6.010	1.595	218.095	-
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	-	-	-	(54)	-	-	-	54	-
Reserva de reavaliação:	-	-	-	-	-	-	1.479	-	1.479
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	24.398	-	24.398
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.232	-	(23.232)	-	-
Reservas estatutárias	-	-	-	-	-	1.220	(1.220)	-	-
Reserva legal	-	-	44	665	121.760	7.230	3.074	-	243.972
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>111.199</b>	-	<b>44</b>	<b>665</b>	<b>121.760</b>	<b>7.230</b>	<b>3.074</b>	<b>243.972</b>	-
Aumento de capital:	-	200.000	-	-	-	-	-	-	200.000
Capital em aprovação - AGO 28/03/2018	-	200.000	-	-	-	-	-	-	200.000
Aprovação aumento de capital conforme Portaria SUSEP 936 de 07/06/2018	-	(200.000)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:	-	-	-	17	-	-	(17)	-	-
Realização	-	-	-	-	-	-	2.908	-	2.908
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	24.602	-	24.602
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.355	-	(23.355)	-	-
Reservas estatutárias	-	-	-	-	-	1.230	(1.230)	-	-
Reserva legal	-	-	44	682	145.115	8.460	5.982	-	471.482
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>311.199</b>	-	<b>44</b>	<b>682</b>	<b>145.115</b>	<b>8.460</b>	<b>5.982</b>	<b>471.482</b>	-

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Indiana Seguros S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 18/05/1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Indiana Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual criou a Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações da Indiana Seguros S.A. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Companhia:



Em 2008, a holding do grupo, Liberty International Brasil Ltda., concretizou a aquisição da Indiana Seguros S.A., empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros dos ramos elementares e de vida. Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critério de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: • Automóveis; • Vida; • Rural; e • Outros ramos. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. A exposição e gerenciamento desses riscos estão divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31/12/2018, foram autorizadas para emissão pela administração em 25/02/2019.

**2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, e as notas explicativas conforme legislação em vigor. a) Declaração de conformidade: Em 30/07/2015, foi emitida a Circular SUSEP nº 517/15 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir da data de sua publicação. Essa Circular altera os anexos aprovados pela resolução CNSP nº 86/02 e revoga a Circular SUSEP nº 508/15. Não houve impactos relevantes que merecessem destaque nessa divulgação. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem os critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras, foram classificados como não circulantes. b) Comparabilidade: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 36 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. c) Continuidade: A administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) Base de mensuração: Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias: "ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda"; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). e) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. f) Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis: A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas homologadas pela SUSEP, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem diferir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. g) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01/01/2018, mas ainda não foi aprovada pela SUSEP, que manteve o CPC 39 - IFRS 16 (CPC 06) - Operações de arrendamento mercantil: a norma apresenta mudanças que afetarão principalmente a forma como as Seguradoras deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, passando a ser exigido que as empresas reconheçam ativos e passivos relativos aos arrendamentos mercantis operacionais que até então não eram registradas nas Demonstrações Financeiras. A norma passa a vigorar a partir de 19/01/2019 e a Companhia está analisando os impactos da aplicação deste normativo. - IFRS 17 - Contratos de Seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro e retrocessão. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. h) IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia não

adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

**3. POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) Disponível: Disponível inclui dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (com vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor de mercado. b) Ativos financeiros: i. Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Disponíveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; e • Mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros: i) com base no objetivo de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 39 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado. Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Companhia para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como "day-one profits/losses") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Companhia possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Companhia utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros: o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a partir do recebimento e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Companhia se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. Geralmente, juros sobre os ativos e passivos correspondentes não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida. ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Esta categoria compreende duas sub-categorias: *Ativos financeiros detidos para propósito de negociação.* A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. *Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado.* Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. iii. Recebíveis: Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem as demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perdas de valor. Os valores justos são determinados (vide política contábil na nota explicativa nº 14). *Ativos financeiros disponíveis para venda:* Ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de "impairment" na nota explicativa nº 3.). *v. Determinação de "impairment":* Ativos avaliados ao valor justo: A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência de "impairment", também conhecido como "preço de oferta" e que representa o preço pelo qual um investidor estaria disposto a pagar por um determinado título. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. c) Ativos não financeiros mantidos para venda: A Companhia detém certos ativos mantidos para a venda que são onerados de estoques de valorização. Os custos de aquisição são mensurados ao valor justo menos custos de venda, os quais são avaliados e efetuados por peritos independentes. Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado e reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas para o cálculo de perdas de valor são as estimadas para o ativo em condições de uso. Os custos de manutenção e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. e) Ativos intangíveis: i. Softwares: Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • O software pode ser usado; • O software gera benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O gasto atribuído ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para avaliar o impacto de perda de valor da Companhia. As licenças de uso de softwares adquiridas: As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir o software e fazer com que ele esteja pronto para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. f) Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("impairment"): i. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados): A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência de um determinado ativo (ou grupo de ativos) classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis apresenta perda de seu valor recuperável ("impairment"). Para esta análise a Companhia utiliza diversos fatores, observáveis que incluem: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como "default" ou "cessação de pagamentos operacionais"; Os pagamentos feitos pela Companhia referente aos arrendamentos operacionais, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retidora, cuja provisão) no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Companhia utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável e avalia o custo de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings incógnitas, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). A Companhia avalia periodicamente os prêmios vencidos e constitui uma provisão, de acordo com estudo atualizado semestralmente (vide nota explicativa nº 8). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos, que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual, não são incluídos na base de cálculo coletivo. A Companhia realiza os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retidora, cuja provisão) no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Companhia utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável e avalia o custo de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings incógnitas, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). A Companhia avalia periodicamente os prêmios vencidos



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (Em milhares de reais)

Mês/ano de ocorrência:	Valores brutos de resseguro judiciais (em milhões de reais)												
Incorrido mais IBNR (i)	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Um ano mais tarde:	(5)	(1)	(1)	(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	(0)	(0)	(0)	(0)	-
Dois anos mais tarde:	(10)	(1)	(1)	(2)	(2)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Três anos mais tarde:	(15)	(2)	(2)	(3)	(4)	(4)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Quatro anos mais tarde:	(19)	(2)	(2)	(3)	(4)	(4)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Cinco anos mais tarde:	(24)	(3)	(3)	(4)	(5)	(5)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Seis anos mais tarde:	(28)	(3)	(3)	(5)	(5)	(5)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Sete anos mais tarde:	(35)	(4)	(3)	(5)	(5)	(5)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Oito anos mais tarde:	(39)	(4)	(3)	(5)	(5)	(5)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Nove anos mais tarde:	(44)	(4)	(4)	(5)	(5)	(5)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Dez anos ou + mais tarde:	(55)	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
<b>Posição em 31/12/18</b>	<b>(55)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(0)</b>	<b>(0)</b>	<b>(88)</b>

Provisão de sinistros em 31/12/18 (i)	6	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	0	17
Diferença entre estimativa inicial e final	(58)	(5)	(4)	(5)	(5)	(5)	(4)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	-
Diferença % entre estimativa inicial e final	94%	86%	89%	81%	80%	84%	80%	80%	91%	71%	88%	0%	-

Mês/ano de ocorrência:	Valores brutos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
Incorrido mais IBNR (i)	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Até a data-base:	1.336	185	192	181	213	197	169	128	87	72	73	71	-
Um ano mais tarde:	1.414	191	199	189	221	205	175	134	89	73	75	75	-
Dois anos mais tarde:	1.418	191	199	189	221	204	176	134	89	73	75	75	-
Três anos mais tarde:	1.420	191	199	189	220	204	175	134	89	73	75	75	-
Quatro anos mais tarde:	1.423	190	199	189	220	204	175	134	89	73	75	75	-
Cinco anos mais tarde:	1.423	191	199	189	220	204	176	134	89	73	75	75	-
Seis anos mais tarde:	1.423	191	199	189	220	204	176	134	89	73	75	75	-
Sete anos mais tarde:	1.424	191	199	189	220	204	176	134	89	73	75	75	-
Oito anos mais tarde:	1.424	191	199	189	220	204	176	134	89	73	75	75	-
Nove anos mais tarde:	1.425	191	199	189	220	204	176	134	89	73	75	75	-
Dez anos ou + mais tarde:	1.425	191	199	189	220	204	176	134	89	73	75	75	-
<b>Posição em 31/12/18</b>	<b>1.425</b>	<b>191</b>	<b>199</b>	<b>189</b>	<b>220</b>	<b>204</b>	<b>176</b>	<b>134</b>	<b>89</b>	<b>73</b>	<b>75</b>	<b>71</b>	<b>3.045</b>

Pago Acumulado (*):	Valores líquidos de resseguro judiciais (em milhões de reais)												
Incorrido mais IBNR (i)	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Até a data-base:	(1.146)	(148)	(155)	(146)	(175)	(158)	(138)	(110)	(73)	(60)	(61)	(57)	-
Um ano mais tarde:	(1.400)	(188)	(197)	(187)	(218)	(203)	(174)	(133)	(88)	(73)	(75)	(75)	-
Dois anos mais tarde:	(1.411)	(190)	(198)	(188)	(219)	(203)	(175)	(133)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Três anos mais tarde:	(1.416)	(190)	(198)	(188)	(219)	(204)	(175)	(133)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Quatro anos mais tarde:	(1.418)	(190)	(199)	(188)	(219)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Cinco anos mais tarde:	(1.420)	(191)	(199)	(188)	(220)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Seis anos mais tarde:	(1.421)	(191)	(199)	(188)	(220)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Sete anos mais tarde:	(1.422)	(191)	(199)	(188)	(220)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Oito anos mais tarde:	(1.422)	(191)	(199)	(188)	(220)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Nove anos mais tarde:	(1.424)	(191)	(199)	(188)	(220)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
Dez anos ou + mais tarde:	(1.424)	(191)	(199)	(188)	(220)	(204)	(175)	(134)	(89)	(73)	(75)	(75)	-
<b>Posição em 31/12/18</b>	<b>(1.424)</b>	<b>(191)</b>	<b>(199)</b>	<b>(188)</b>	<b>(220)</b>	<b>(204)</b>	<b>(175)</b>	<b>(134)</b>	<b>(89)</b>	<b>(73)</b>	<b>(75)</b>	<b>(57)</b>	<b>(3.029)</b>

Provisão de sinistros em 31/12/18 (i)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
Diferença entre estimativa inicial e final	(88)	(6)	(7)	(8)	(6)	(7)	(6)	(5)	(2)	(2)	(2)	(2)	-
Diferença % entre estimativa inicial e final	6%	3%	4%	4%	3%	4%	3%	4%	2%	2%	3%	0%	-

Mês/ano de ocorrência:	Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
Incorrido mais IBNR (i)	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Até a data-base:	3	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	-
Um ano mais tarde:	12	2	2	2	3	3	2	2	1	1	1	1	-
Dois anos mais tarde:	18	3	2	4	4	4	3	2	1	1	1	1	-
Três anos mais tarde:	23	4	3	4	5	4	3	3	2	1	1	1	-
Quatro anos mais tarde:	28	4	3	5	5	5	4	3	2	1	1	1	-
Cinco anos mais tarde:	33	4	4	5	6	5	4	3	2	1	1	1	-
Seis anos mais tarde:	37	5	4	5	6	6	5	4	3	2	1	1	-
Sete anos mais tarde:	44	5	4	5	6	6	5	4	3	2	1	1	-
Oito anos mais tarde:	46	5	4	5	6	6	5	4	3	2	1	1	-
Nove anos mais tarde:	50	5	4	5	6	6	5	4	3	2	1	1	-
Dez anos ou + mais tarde:	54	5	4	5	6	6	5	4	3	2	1	1	-
<b>Posição em 31/12/18</b>	<b>54</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>92</b>

Pago Acumulado (*):	Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
Incorrido mais IBNR (i)	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Até a data-base:	(1)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	(0)	-
Um ano mais tarde:	(4)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Dois anos mais tarde:	(8)	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Três anos mais tarde:	(13)	(2)	(1)	(2)	(3)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-
Quatro anos mais tarde:	(17)	(2)	(2)	(3)	(4)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	-
Cinco anos mais tarde:	(22)	(2)	(2)	(4)	(4)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	-
Seis anos mais tarde:	(25)	(3)	(3)	(4)	(4)	(4)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	-
Sete anos mais tarde:	(31)	(3)	(3)	(5)	(5)	(5)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	-
Oito anos mais tarde:	(35)	(4)	(3)	(5)	(5)	(5)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	-
Nove anos mais tarde:	(39)	(4)	(3)	(5)	(5)	(5)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	-
Dez anos ou + mais tarde:	(49)	(4)	(3)	(5)	(5)	(5)	(4)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	-
<b>Posição em 31/12/18</b>	<b>(49)</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(0)</b>	<b>(0)</b>	<b>(78)</b>

Diferença entre estimativa inicial e final	(51)	(4)	(4)	(5)	(5)	(5)	(3)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	-
Diferença % entre estimativa inicial e final	94%	86%	89%	81%	80%	84%	80%	80%	91%	71%	88%	0%	-

Mês/ano de ocorrência:	Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais)												
Incorrido mais IBNR (i)	Até 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Até a data-base:	(1.016)	(136)	(142)	(135)	(157)	(146)	(125)	(96)	(63)	(52)	(41)	(2.166)	-
Um ano mais tarde:	(1.017)	(136)	(142)	(135)	(157)	(146)	(125)	(96)	(63)	(52)	(41)	(2.166)	-
Dois anos mais tarde:	(1.017)	(136)	(142)	(135)	(157)	(146)	(125)	(96)	(63)	(52)	(41)	(2.166)	-
Três anos mais tarde:	(1.017)	(136)	(142)	(135)	(157)	(146)	(125)	(96)	(63)	(52)	(41)	(2.166)	-
Quatro anos mais tarde:	(1.014)	(136)	(142)	(135)	(157)	(146)	(125)	(96)	(63)	(52)	(41)	(2.166)	-
Cinco anos mais tarde:	(1.015)	(136)	(142)	(135)	(157)	(146)	(125)	(96)	(63)	(52)	(41)	(2.166)	-

Provisão de sinistros em 31/12/18 (i)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Diferença entre estimativa inicial e final	(63)	(4)	(5)	(5)	(5)	(4)	(4)	(1)	(1)	(2)	(1)	(1)	-
Diferença % entre estimativa inicial e final	6%	3%	4%	4%	3%	4%	3%	4%	2%	2%	3%	0%	-

(i) Não inclui movimentos dos sinistros dos ramos DPVAT, DPBM e SFH/SH, sinistros referentes a operações de Coesguro Aceito, sinistros ocorridos há mais de 20 anos e sinistros registrados na conta transitória de sinistros a liquidar. Os valores apresentados são nominais e estão expressos em milhões de reais. Abaixo demonstramos a conciliação entre os saldos apresentados nos quadros acima para a linha de provisão de sinistros e a provisão de sinistro demonstrada na nota explicativa nº 15.

DIRETORIA	
<b>Carlos Adrian Magnarelli</b> Presidente	<b>Paulo Tadeu Umeki</b> Vice-Presidente
<b>Marcos Machini</b> Diretor	<b>Rogério do Nascimento</b> CRC 15P259014/O-4
<b>RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA</b>	

O Comitê de Auditoria da Indiana Seguros S.A. funciona de forma aderente às disposições da Resolução nº 312/14 do Conselho Nacional de Seguros Privados, e ao seu Regulamento Interno aprovado pela Administração. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos, com foco nas atividades: • De manutenção dos registros contábeis, da adoção das práticas contábeis estabelecidas pelos reguladores, e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras; • Da Auditoria Externa, avaliando escopo e desempenho dos trabalhos em área contábil voltados ao parecer sobre as demonstrações financeiras, que incluem as revisões dos controles internos, das práticas contábeis adotadas, dos trabalhos nas áreas de impostos e TI para o mesmo fim, e ainda trabalhos destinados a verificar o cumprimento de disposições regulatórias, considerando a habilitação e independência da Companhia e seus membros; • Da Auditoria Interna, avaliando a efetividade, grau de abrangência e resultados dos trabalhos, posicionamento na estrutura e independência, considerando também os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Matriz ("Corporate Internal Auditors"); e • Dos processos, sistemas e controles implementados (incluindo a Ouvidoria) visando o cumprimento de dispositivos legais e normativos e os regulamentos e códigos internos. As análises do Comitê desenvolveram-se com base nas informações e documentos recebidos dessas e de outras áreas da Companhia, em reuniões com seus titulares, em reuniões próprias do Comitê, e em reuniões com o Diretor Presidente, a quem foram oferecidos os comentários pertinentes. Essas análises e conclusões estão registradas em atas das reuniões. Em resultado, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausências de controles, atos ou omissão da Administração, com base nos aspectos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES	
adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. <b>Opinião:</b> Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração,	